



XLVII CONCURSO PARA INGRESSO À CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL

PROVA PREAMBULAR

19 de outubro de 2014

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA

- Este caderno contém 100 questões objetivas. Verifique se ele está completo e se não apresenta problemas de impressão. Se for o caso, solicite ao fiscal de sala a substituição deste caderno.
- Preencha **agora** os campos destacados acima. No primeiro, escreva seu nome com letra legível; no segundo, aponha sua assinatura.
- Confira a correção de seus dados pessoais constantes na folha de respostas; em caso de erro, consulte um fiscal de sala.
- Preencha as elipses da folha de respostas com caneta esferográfica preta ou azul, sem rasurar.
- Não deixe nenhuma questão sem resposta.
- Não utilize qualquer espécie de material para consulta.
- Abstenha-se de fazer perguntas relacionadas ao conteúdo das questões, pois a interpretação destas faz parte da prova.
- O candidato **NÃO PODERÁ LEVAR ESTE CADERNO DE QUESTÕES**; o caderno será disponibilizado para consulta no site www.mprs.mp.br.
- Não deixe de assinar a folha de respostas e a lista de presenças.
- A prova terá duração de, **no máximo**, de 5 horas e 30 minutos.

A partir do dia 23 de outubro de 2014, o gabarito das 100 questões objetivas será publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, e também estará disponível para consulta no site www.mprs.mp.br/concursos.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

LÍNGUA PORTUGUESA

Instrução: As questões 1 a 17 estão relacionadas com o texto abaixo.

1. O texto constitucional de 1824 estabeleceu os fundamentos da organização do Estado monárquico e da
2. nação durante o Império, mas, ao mesmo tempo, foi alvo de variadas interpretações. Resultado das intensas
3. lutas políticas que envolveram o movimento de Independência dois anos antes, o documento provocou
4. inúmeras reações – na imprensa e entre os políticos – pelos princípios ali adotados e por ter sido outorgado por
5. D. Pedro I, o que lhe valeu a denominação de Carta Constitucional, e não Constituição.

6. A Carta foi redigida por um pequeno grupo de pessoas escolhidas a dedo por D. Pedro I: políticos de
7. algumas das principais famílias de proprietários e negociantes, que desde a época de D. João VI ocupavam
8. lugares importantes na administração pública e que tinham atuado na Assembleia Constituinte. Na visão de
9. membros de agremiações republicanas formadas no Brasil a partir de 1870, a Carta de 1824 era expressão do
10. absolutismo de D. Pedro, manifestação cabal de que a Independência não trouxera mudanças substanciais nas
11. relações de poder coloniais. Era um sinal do passado, da permanência da dinastia dos Bragança, das práticas
12. despóticas herdadas da colonização portuguesa.

13. Por outro lado, _____ figuras públicas interpretavam a Carta como equivalente a Constituições
14. monárquicas da época, ou até mesmo mais perfeita do que outras. Segundo esta visão, o poder moderador
15. não só era adequado aos princípios dos governos representativos, como também possibilitava um equilíbrio
16. entre o Executivo e o Parlamento, permitindo que o arbítrio da Coroa garantisse a centralização político-
17. administrativa e a alternância de grupos no poder.

18. Foi o pensador Benjamin Constant um dos que mais discutiram a teoria de um “quarto poder” a ser exercido
19. pelo rei, que se colocaria acima de arranjos político-partidários, definindo-se como esfera “neutra”. Constant
20. afirmava ainda que o Parlamento não podia concentrar em suas mãos a soberania e o poder decisórios, sob
21. pena de substituir-se o despotismo de um pelo de muitos. Ao mesmo tempo, criticava o absolutismo
22. monárquico, defendendo conquistas da Revolução, como a garantia de direitos, especialmente as liberdades
23. individuais. Buscando um _____, defendia repartir a soberania do Estado entre quatro poderes: o
24. Legislativo, composto por uma câmara eleita e outra vitalícia; o Judiciário, composto por magistrados e juízes
25. vitalícios; o Executivo, representado pelo governante, mas exercido por ministros responsáveis perante a nação,
26. e um quarto poder, que preservava a _____ e a capacidade do rei de governar.

27. A finalidade do quarto poder seria manter o funcionamento dos demais, impedindo choques de atribuições,
28. bem como o comprometimento da atuação do governo e do Estado em razão de conflitos de autoridade. Seria
29. uma espécie de guardião dos interesses nacionais e dos cidadãos, agindo em todas as ocasiões em que
30. ministros, parlamentares e juízes ultrapassassem seus respectivos campos de ação. Colocando o governante na
31. condição de representante perpétuo do povo, Constant julgava-o capaz de atuar como poder “conservador”,
32. pois deveria garantir o curso da administração e das políticas públicas, e como “moderador”, já que seria um
33. freio a controlar os limites dos outros poderes. Mas havia uma condição essencial: Constant alertava para a
34. diferença e a separação que deveriam existir entre o poder “neuro” ou “real” e o poder executivo ou
35. ministerial. Ainda que os ministros fossem nomeados pelo rei, não deveria haver sobreposição ou ingerência de
36. uma esfera de poder na outra. Somente assim o rei poderia agir como força reguladora e preservadora do
37. equilíbrio político sem ser agente de violência.

38., como o Imperador também era o chefe do Poder Executivo, ainda que este fosse exercido pelos
39. ministros, o documento não explicitava com todas as letras um dos pontos-chave da teoria de Constant, o da
40. separação entre poder real e poder ministerial, e criava propositalmente ambiguidades sobre a esfera de
41. atuação efetiva do monarca.

42. Logo surgiram divergentes interpretações em torno da Carta. Elas podem ser entendidas como manifestações
43. de projetos distintos do Império, de possibilidades históricas abertas com a Independência, em curso na
44. primeira metade do século XIX. Foram marcadas por conflitos nos quais ora o Estado se sobrepunha à nação,
45. o que foi feito com a outorga da Carta de 1824, ora a nação enfrentava o Estado, como no momento da



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

46. Abdicação, quando dentro e fora do Parlamento a sociedade cobrou de D. Pedro as liberdades prometidas com a Independência.
- 47.
48. A partir de meados do século XIX, esse embate assumiu outros contornos, alimentado pela polêmica entre o princípio de que "o rei reina e não governa", defendido por liberais, como Teófilo Ottoni, e o pressuposto de que o rei não só reina, mas governa e administra, defendido por conservadores, como o Visconde de Uruguai.
- 49.
- 50.
51. Esta discussão manteve-se acesa até o final do Império e foi argumento poderoso usado pelos republicanos contra o regime monárquico.
- 52.

Adaptado de: OLIVEIRA, C. H. de S. **Confronto de poderes**. Disponível em: <
<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/confronto-de-poderes>>. Acesso em: 08 de julho de 2014.

Instrução: As questões **1** e **2** dizem respeito às lacunas tracejadas das linhas 13, 23 e 26 e à lacuna pontilhada da linha 38.

1. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas tracejadas das linhas 13, 23 e 26, nesta ordem.

- (A) eminentes – meio-termo – majestade
- (B) iminentes – meio-termo – majestade
- (C) eminentes – meio termo – magestade
- (D) iminentes – meio termo – majestade
- (E) iminentes – meio-termo – magestade

2. Considerando-se a relação de sentido que o quinto e o sexto parágrafos do texto mantêm entre si, a expressão que mais adequadamente preenche a lacuna pontilhada da linha 38 é

- (A) Desse modo.
- (B) Por fim.
- (C) Portanto.
- (D) Em paralelo.
- (E) Entretanto.

3. Considere o enunciado abaixo e as quatro propostas para completá-lo.

Depreende-se do texto que seu autor

- 1 - isenta as figuras públicas que defendiam a equivalência da Carta Constitucional com antigas Constituições monárquicas.
- 2 - procura informar o leitor sobre as diferentes interpretações acerca do poder atribuído ao rei na Carta Constitucional de 1824.
- 3 - corrobora as ideias de Teófilo Ottoni sobre o poder moderador atribuído ao rei para decidir assuntos do Estado, tal como consentia a Carta Constitucional de 1824.
- 4 - posiciona-se a favor do poder moderador que garantia ao rei, chefe do poder ministerial, intervir em qualquer questão pública.

Quais propostas estão corretas, de acordo com o texto?

- (A) Apenas 1.
- (B) Apenas 2.
- (C) Apenas 1 e 3.
- (D) Apenas 2 e 4.
- (E) 1, 2, 3 e 4.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

4. Assinale a única alternativa que apresenta uma afirmação que encontra suporte no texto.

(A) A Carta Constitucional de 1824 resultou de constantes rebeliões da população contra o poder monárquico.

(B) O destaque dado ao poder do soberano na Carta de 1824 teve como consequência a decadência do absolutismo monárquico.

(C) Teófilo Ottoni acreditava que o monarca deveria exercer seus poderes de fato: reinando e governando a Nação.

(D) Para os conservadores, o rei, nos idos de 1824, não deveria ter poder algum nas decisões afeitas à política pública.

(E) Do ponto de vista republicano, a Carta de 1824 privilegia os interesses da Coroa e, conseqüentemente, as práticas coloniais de governança.

5. Considere o enunciado abaixo e as três propostas para completá-lo.

O último período do texto encerra

1. um reforço ao que se diz no início do segundo parágrafo (l. 6-8).

2. uma síntese do que se diz no quinto parágrafo.

3. um acréscimo ao que se diz no penúltimo período do texto.

Quais estão corretas?

(A) Apenas 1.

(B) Apenas 2.

(C) Apenas 3.

(D) Apenas 1 e 3.

(E) 1, 2 e 3.

6. Considere as seguintes afirmações.

I – O vocábulo **nação** (l. 2) forma plural com acréscimo de **-s**, como acontece com **guardião** (l. 29).

II – O vocábulo **político-partidários** (l. 19) é um composto formado por dois adjetivos, por essa razão, para expressar plural, apenas o último elemento recebe acréscimo de **-s**.

III – O vocábulo **pontos-chave** (l. 39) poderia ser substituído por **pontos-chaves**.

Quais estão corretas?

(A) Apenas I.

(B) Apenas II.

(C) Apenas III.

(D) Apenas II e III.

(E) I, II e III.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

7. Considere as seguintes afirmações sobre segmentos do texto.

I – O segmento **ao mesmo tempo** (l. 2) poderia aparecer entre vírgulas imediatamente depois de **foi** (l. 2), sem acarretar erro gramatical ou alteração de significado.

II – O segmento **a dedo** (l. 6) poderia aparecer imediatamente após **D. Pedro I** (l. 6), sem acarretar erro gramatical ou alteração de significado.

III – A supressão do segmento **de algumas** (l. 6-7) não acarretaria erro gramatical ou alteração do significado.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

8. Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as afirmações abaixo, acerca do emprego de formas verbais no texto.

- () A forma verbal **envolveram** (l. 3) expressa uma situação concluída no passado.
- () A forma verbal **ocupavam** (l. 7) expressa um evento com ação prolongada no passado.
- () A forma verbal **trouxera** (l. 10) expressa uma situação momentânea, desprovida de duração.
- () A forma verbal **colocaria** (l. 19) expressa um evento concluído há muito tempo no passado.

Quais estão corretas?

- (A) V – V – V – F.
- (B) V – F – F – V.
- (C) F – F – V – V.
- (D) F – V – F – V.
- (E) V – V – F – F.

9. Considere o enunciado abaixo e as três propostas para completá-lo.

Recebem acento gráfico pela mesma regra de acentuação ortográfica as palavras

1. **princípios** (l. 4) e **famílias** (l. 7).
2. **até** (l. 14) e **já** (l. 32).
3. **Judiciário** (l. 24) e **juízes** (l. 30).

Quais propostas estão corretas?

- (A) Apenas 1.
- (B) Apenas 2.
- (C) Apenas 3.
- (D) Apenas 1 e 3.
- (E) 1, 2 e 3.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

10. Considere o enunciado abaixo e as três propostas para completá-lo.
Sem prejuízo da correção gramatical e do sentido contextual, seria possível substituir

- 1.** *lhe valeu* (l. 5) por **valeu-lhe**.
- 2.** *do que* (l. 14) por **que**.
- 3.** *julgava-o* (l. 31) por **considerava-lhe**.

Quais estão corretas?

- (A)** Apenas 1.
- (B)** Apenas 2.
- (C)** Apenas 3.
- (D)** Apenas 2 e 3.
- (E)** 1, 2 e 3.

11. Considere o enunciado abaixo e as três propostas para completá-lo.

Sem acarretar erro gramatical, pode-se substituir

- 1.** *escolhidas* (l. 6) por **escolhido**.
- 2.** *discutiram* (l. 18) por **discutiu**.
- 3.** *surgiram* (l. 42) por **surgiu**.

Quais estão corretas?

- (A)** Apenas 1.
- (B)** Apenas 2.
- (C)** Apenas 3.
- (D)** Apenas 1 e 2.
- (E)** Apenas 2 e 3.

12. Considere as seguintes afirmações sobre o emprego de sinal de pontuação no texto.

I – Os dois-pontos da linha 6 introduzem uma síntese do que se afirmou na oração anterior.

II – Os dois-pontos da linha 23 introduzem uma enumeração que exemplifica o que é entendido por **quatro poderes** (l. 23).

III – Os dois-pontos da linha 33 introduzem uma oração apositiva.

Quais estão corretas?

- (A)** Apenas I.
- (B)** Apenas II.
- (C)** Apenas III.
- (D)** Apenas II e III.
- (E)** I, II e III.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

13. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas tracejadas do enunciado abaixo, na ordem em que aparecem.

De acordo com o sentido das palavras no texto, _____ poderia ser substituída por _____.

- (A) *permanência* (l. 11) – **solidez**
- (B) *herdadas* (l. 12) – **recebidas**
- (C) *equivalente* (l. 13) – **colidente**
- (D) *ingerência* (l. 35) – **participação**
- (E) *reguladora* (l. 36) – **atenuadora**

14. Assinale a alternativa em que se apresenta o antônimo adequado para **despóticas** (l. 12).

- (A) demagógicas
- (B) aristocráticas
- (C) ditatoriais
- (D) discricionárias
- (E) democráticas

15. Considere o enunciado abaixo e as quatro propostas para completá-lo.

A palavra **ainda** (l. 20) poderia ocorrer imediatamente

- 1 - antes de **afirmava** (l. 20).
- 2 - depois de **que** (l. 20).
- 3 - antes de **não** (l. 20).
- 4 - depois de **concentrar** (l. 20).

Quais propostas **NÃO** causariam mudança no significado da frase em questão?

- (A) Apenas 1.
- (B) Apenas 2.
- (C) Apenas 1 e 3.
- (D) Apenas 2 e 4.
- (E) Apenas 3 e 4.

16. Considere o enunciado abaixo, adaptado do texto, e as três propostas para completá-lo.

No enunciado **O quarto poder, que preserva as condições de governabilidade do monarca, foi introduzido na Carta Constitucional de 1824**, a supressão das vírgulas

- 1 - destacaria que o quarto poder é um tipo de poder que surgiu com a Carta Constitucional de 1824, o qual assegura que apenas o rei pode governar.
- 2 - negaria a ideia de totalidade veiculada pelo artigo definido presente no segmento **do monarca**.
- 3 - acarretaria que apenas o quarto poder mencionado no enunciado preserva as condições de governabilidade do monarca.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Quais propostas estão corretas?

- (A) Apenas 1.
- (B) Apenas 2.
- (C) Apenas 3.
- (D) Apenas 1 e 2.
- (E) Apenas 2 e 3.

17. Considere o enunciado abaixo, adaptado do texto, e as quatro propostas para completá-lo.

No discurso indireto, o enunciado **Benjamin Constant assevera: “– Os liberais não podem me criticar apenas porque acredito na eficácia do poder moderador”** deve ser reescrito como

1. Benjamin Constant assevera: os liberais não podem a mim criticar apenas porque acredito na eficácia do poder moderador.
2. Benjamin Constant assevera que os liberais não lhe podem criticar apenas porque acredita na eficácia do poder moderador.
3. Benjamin Constant assevera que os liberais não poderiam criticar-lhe apenas porque acreditava na eficácia do poder moderador.
4. Benjamin Constant assevera que os liberais não podiam a ele criticar apenas porque acreditava na eficácia do poder moderador.

Quais propostas de reescrita estão corretas?

- (A) Apenas 1.
- (B) Apenas 2.
- (C) Apenas 1 e 3.
- (D) Apenas 2 e 4.
- (E) Apenas 3 e 4.

Instrução: As questões **18 a 27** estão relacionadas com o texto abaixo.

1. A relação entre democracia e capitalismo foi sempre uma relação tensa, se não mesmo de contradição. O
2. capitalismo só se sente seguro se governado por quem tem capital ou se identifica com as suas "necessidades",
3. enquanto a democracia é o governo das maiorias que nem têm capital nem razões para se identificar com as
4. "necessidades" do capitalismo, bem pelo contrário. O conflito é distributivo: a _____ para a acumulação e
5. concentração da riqueza por parte dos capitalistas e a _____ da redistribuição da riqueza por parte dos
6. trabalhadores e suas famílias. A burguesia teve sempre pavor de que as maiorias pobres tomassem o poder e
7. usou o poder político que as revoluções do século XIX lhe concederam para impedir que tal ocorresse.
8. Concebeu a democracia liberal de modo a garantir isso mesmo, através de medidas que mudaram no tempo,
9. mas mantiveram o objetivo: restrições ao sufrágio, primazia absoluta do direito de propriedade individual,
10. sistema político e eleitoral com múltiplas válvulas de segurança, repressão violenta de atividade política fora das
11. instituições, corrupção dos políticos, legalização dos lóbis.
12. No imediato pós-guerra, muito poucos países tinham democracia, vastas regiões do mundo estavam sujeitas
13. ao colonialismo europeu que servira para consolidar o capitalismo euro-norte-americano, a Europa encontrava-
14. se devastada por mais uma guerra provocada pela supremacia alemã, e, no Leste, consolidava-se o regime
15. comunista que se via como alternativa ao capitalismo e à democracia liberal. Foi neste contexto que surgiu o
16. chamado capitalismo democrático, um sistema assente na ideia de que, para ser compatível com a democracia,
17. o capitalismo deveria ser fortemente regulado, o que implicava a nacionalização de setores importantes da



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

18. economia, a tributação progressiva, a imposição da negociação coletiva e até, como aconteceu na então
19. Alemanha Ocidental, a participação dos trabalhadores na gestão das empresas. No plano científico, Keynes
20. representava, então, a tradição econômica, e Hayek, a _____. No plano político, os direitos econômicos e
21. sociais foram o instrumento privilegiado para estabilizar as expectativas dos cidadãos e defendê-las das
22. flutuações constantes e imprevisíveis dos "sinais dos mercados". Esta mudança alterava os termos do conflito
23. distributivo, mas não o eliminava., tinha todas as condições para acirrá-lo logo que abrandasse o
24. crescimento econômico, o que se registrou nas três décadas seguintes. E assim sucedeu.
25. Desde 1970, os Estados centrais têm vindo a gerir o conflito entre as exigências dos cidadãos e as exigências
26. do capital, recorrendo a um conjunto de soluções que gradualmente foram dando mais poder ao capital.
27. Primeiro, foi a inflação, depois, a luta contra a inflação acompanhada do aumento do desemprego e do ataque
28. ao poder dos sindicatos, a seguir, o endividamento do Estado em resultado da luta do capital contra a
29. tributação, da estagnação econômica e do aumento das despesas sociais decorrentes do aumento do
30. desemprego e, finalmente, o endividamento das famílias, seduzidas pelas facilidades de crédito concedidas por
31. um setor financeiro livre de regulações estatais, para iludir o colapso das expectativas a respeito do consumo,
32. educação e habitação.
33. Até que a engenharia das soluções fictícias chegou ao fim, com a crise de 2008, e se tornou claro quem
34. tinha ganho o conflito distributivo: o capital. Prova disso: o disparar das desigualdades sociais e o assalto final
35. às expectativas de vida digna da maioria (os cidadãos) para garantir as expectativas de rentabilidade da minoria
36. (o capital financeiro). A democracia perdeu a batalha, mas só não perderá a guerra se as maiorias perderem o
37. medo e forcarem o capital a voltar a ter medo, como sucedeu há 60 anos.

Adaptado de: SANTOS, B. S. Democracia ou capitalismo?. **Disponível em:** < <http://visao.sapo.pt/boaventura-sousa-santos=s23499#ixzz3BLyLZ6xe>>. **Acesso em:** 28 de junho de 2014.

Instrução: As questões **18** e **19** dizem respeito às lacunas tracejadas das linhas 4, 5 e 20 e à lacuna pontilhada da linha 23.

18. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas tracejadas das linhas 4, 5 e 20, nesta ordem.

- (A) pulção – reivindicação – discidência
- (B) pulsão – reivindicação – discidência
- (C) pulção – reivindicação – dissidência
- (D) pulção – reividicação – dissidência
- (E) pulsão – reivindicação – dissidência

19. Considerando-se a relação de sentido que as frases do texto mantêm entre si, a expressão que mais adequadamente preenche a lacuna pontilhada da linha 23 é

- (A) Por isso.
- (B) Do mesmo modo.
- (C) Pelo contrário.
- (D) Consequentemente.
- (E) Eventualmente.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

20. Considere o enunciado abaixo e as três propostas para completá-lo.

Segundo lemos no texto, seu autor

1. entende que a razão do conflito entre democratas e capitalistas está na distribuição de bens materiais, pois os capitalistas buscam amealhar e concentrar bens materiais, e os democratas querem que esses bens sejam redistribuídos, como se infere do uso da expressão ***bem pelo contrário*** (l. 4).
2. duvida de que realmente tenha existido um capitalismo democrático, ou seja, totalmente controlado pelo envolvimento direto do Estado nos setores produtivos e de serviços, como se depreende do tempo expresso na locução verbal ***deveria ser*** (l. 17).
3. acredita que o Estado, ao considerar a legitimidade das empresas privadas e ao conceder aos trabalhadores benefícios para aquisição de bens materiais, foi exitoso na tentativa de compatibilizar as exigências dos cidadãos com as do capitalismo, como se infere do segmento ***a engenharia das soluções fictícias*** (l. 33).

Quais propostas estão corretas, de acordo com o texto?

- (A) Apenas 1.
- (B) Apenas 2.
- (C) Apenas 3.
- (D) Apenas 2 e 3.
- (E) 1, 2 e 3.

21. No penúltimo parágrafo do texto, evidencia-se, predominantemente,

- (A) os meios adotados pelos Estados centrais para administrar o conflito distributivo, os quais ampliaram o poder do capital.
- (B) os conflitos resultantes das exigências dos cidadãos e do capital que surgiram no pós-guerra.
- (C) as dívidas do Estado que acabaram por repercutir no engessamento da gestão pública.
- (D) as medidas tomadas pelos sindicatos para impedir o aumento do desemprego e das despesas sociais.
- (E) as expectativas dos cidadãos frente ao novo modelo de representação sindical.

22. Considere o enunciado abaixo e as três propostas para completá-lo.

Sem prejuízo da correção gramatical e do significado contextual, é possível substituir ***se não*** (l. 1) por

1. **assim.**
2. **quando não.**
3. **salvo.**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Quais propostas estão corretas?

- (A) Apenas 1.
- (B) Apenas 2.
- (C) Apenas 3.
- (D) Apenas 1 e 3.
- (E) 1, 2 e 3.

23. Considere as seguintes propostas de substituição de palavras e expressão do texto e assinale com **1** aquelas que manteriam o significado do texto e com **2** aquelas que o alterariam.

- () **enquanto** (l. 3) por **ao passo que**.
- () **até** (l. 18) por **inclusive**.
- () **logo que** (l. 23) por **antes que**.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) 2 – 2 – 2.
- (B) 1 – 1 – 2.
- (C) 2 – 1 – 2.
- (D) 1 – 2 – 1.
- (E) 2 – 2 – 1.

24. Nos contextos em que ocorrem, as preposições **para** (l. 7) e **com** (l. 33) introduzem, respectivamente, ideias de

- (A) finalidade e companhia.
- (B) direção e meio.
- (C) finalidade e meio.
- (D) restrição e comparação.
- (E) direção e comparação.

25. Assinale a alternativa que apresenta uma palavra sincronicamente formada por prefixação.

- (A) **impedir** (l. 7)
- (B) **individual** (l. 9)
- (C) **imposição** (l. 18)
- (D) **imprevisíveis** (l. 22)
- (E) **inflação** (l. 27)

26. Considere as seguintes afirmações sobre palavras do texto.

I – A palavra **corrupção** (l. 11) e a palavra **corruptela** são palavras cognatas.

II – A palavra **lóbis** (l. 11) é a forma plural da palavra **lóbi**.

III – A palavra **assente** (l. 16) poderia ser substituída por **firmado**, sem acarretar alteração do significado.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

27. Considere o enunciado abaixo e as três propostas para completá-lo.

Sem prejuízo da correção gramatical e do significado contextual, é possível substituir

1. **têm vindo** (l. 25) por **vêm**.
2. **foram dando** (l. 26) por **dariam**.
3. **tinha ganho** (l. 34) por **tinha ganhado**.

Quais propostas estão corretas?

- (A) Apenas 2.
- (B) Apenas 3.
- (C) Apenas 1 e 2.
- (D) Apenas 1 e 3.
- (E) 1, 2 e 3.

Instrução: O uso do padrão culto de linguagem é uma das características da redação de atos e comunicações oficiais. As questões abaixo estão relacionadas com esse aspecto da redação oficial.

28. Considere os seguintes enunciados.

- I – Prestamos ao patrono o reconhecimento de que ele faz jus.
- II – Todo servidor público faz jus às férias remuneradas.
- III – A Justiça reconheceu ao trabalhador autônomo os direitos que ele faz jus.

Quais deles são gramaticalmente corretos?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

29. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas do enunciado abaixo, extraído e adaptado de documento oficial, na ordem em que aparecem.

A falta de análise dos documentos acostados _____ razões de recurso é irrelevante, _____ a pena-base foi fixada no mínimo legal. Matéria referente ao valor efetivamente apropriado é mérito, não sendo os embargos de declaração sede própria _____ rediscussão de questões de mérito.

- (A) as – na medida em que – à
- (B) às – à medida em que – a
- (C) às – na medida em que – à
- (D) as – à medida que – à
- (E) às – na medida que – a



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

30. Considere os seguintes enunciados.

- I – O autor do delito procurou seu advogado para pedir conselhos.
- II – Promulgaram nova emenda constitucional.
- III – Na execução da tarefa, o funcionário cometeu alguns deslizes.

Quais deles podem sofrer transformação para a voz passiva sintética?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

CONHECIMENTOS JURÍDICOS

31. Considere as seguintes afirmações sobre Direitos Fundamentais.

- I – A liberdade de crença apresenta-se na Constituição Federal como direito individual sem reserva legal expressa, ao passo que a proteção aos locais de culto e as suas liturgias submete-se ao regime da reserva legal simples.
- II – O princípio da separação das confissões religiosas do Estado impede qualquer tipo de colaboração entre igrejas e poder público.
- III – Uma das posições jusfundamentais que decorre do regime constitucional da liberdade religiosa é o direito subjetivo ao ensino religioso em escola pública de ensino fundamental.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

32. Considere as seguintes afirmações acerca de Direitos Fundamentais.

- I – O Código Civil de 2002 elenca rol mais amplo de direitos de personalidade do que aqueles expressamente nominados na Constituição Federal.
- II – A salvaguarda do sigilo fiscal e bancário é direito fundamental reforçado por reserva absoluta de jurisdição para qualquer hipótese de autorização de quebra do sigilo.
- III – O direito à imagem, no sistema constitucional, tem por objeto a proteção da honra, reputação ou intimidade pessoal.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

33. Considere as seguintes afirmações sobre Direitos Políticos.

I – A incapacidade civil relativa é suficiente para privar o cidadão da fruição dos seus direitos políticos.

II – As inelegibilidades, que impedem o exercício do sufrágio passivo, só podem ter origem constitucional.

III – A regra da anualidade em matéria eleitoral consagra regra especial de segurança jurídica em matéria eleitoral e foi reconhecida pelo STF como um direito fundamental à não surpresa no âmbito do processo eleitoral e cláusula pétrea.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

34. Considere as seguintes afirmações sobre Federação.

I – Na Constituição Federal, os “princípios sensíveis da federação”, se violados, ensejam a utilização do instituto da intervenção federal.

II – No plano do controle judicial da intervenção, cabe o manejo de Recurso Extraordinário contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado que defere a instauração da intervenção em Município.

III – As vedações constitucionais estabelecidas no art. 19 da Constituição Federal direcionam-se a todos os integrantes da Federação (União, Estados, Municípios e Distrito Federal) e são de observância cogente.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.
- (F)



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

35. Considere as seguintes afirmações sobre Direitos Fundamentais.

I – A hierarquia dos tratados de direitos humanos na ordem jurídica interna brasileira, de acordo com a atual orientação do STF, é diferenciada de acordo com a forma de incorporação: tratados anteriores ao § 3º do art. 5º possuem hierarquia supralegal; aqueles aprovados de acordo com tal preceito são equivalentes às emendas constitucionais.

II – A norma contida no art. 5º, § 2º, da Constituição Federal, significou, pela primeira vez na história do direito constitucional brasileiro, a abertura (expansividade) do catálogo de direitos fundamentais.

III – O mandamento da aplicabilidade imediata abrange qualquer tipo de direito fundamental, pois todas as normas de direitos fundamentais estão abrangidas pelo art. 5º, § 1º, da Constituição Federal, independentemente de sua localização no texto constitucional.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

36. Considere as seguintes afirmações sobre Competências.

I – É competência material comum dos entes federados a implantação de política educacional visando à segurança do trânsito.

II – No âmbito da competência legislativa privativa da União, o regime constitucional impossibilita de forma absoluta a delegação de competências legislativas da União para os Estados.

III – No âmbito da competência legislativa concorrente, pese a literalidade do art. 24, § 2º, da Constituição Federal, a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados e do Distrito Federal.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

37. Considere as seguintes afirmações sobre Ordem Social.

I – Enunciado no art. 198 da Constituição Federal, o Sistema Único de Saúde (SUS) assume a condição de garantia institucional fundamental, inclusive como limite material à reforma constitucional.

II – O Sistema Nacional de Cultura, introduzido por Emenda Constitucional, rege-se, na promoção conjunta de políticas públicas de cultura, pelo princípio da homogeneidade das expressões culturais.

III – O acesso ao Poder Judiciário, nas ações relativas à disciplina e às competições desportivas, sendo direito fundamental, é exercido sem qualquer condicionamento a prévio contencioso administrativo.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

38. Considere as seguintes afirmações sobre o sistema tributário nacional.

I – Ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas, a Constituição Federal outorga imunidade, isenção e benefícios tributários.

II – Dentre as limitações ao poder de tributar asseguradas ao contribuinte, elenca-se a vedação à possibilidade de medida provisória instituir ou aumentar tributos.

III – Em relação ao IPTU, a Constituição Federal contempla dois critérios a serem atendidos na aplicação da progressividade e outros dois na diferenciação de alíquotas, respectivamente: tempo e valor, localização e uso.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

39. Considere as seguintes afirmações sobre Ordem Financeira e precatórios.

I – Os precatórios de natureza alimentícia das pessoas que tiverem 60 anos ou mais, ou portadoras de doença grave definida em lei, terão preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente a três vezes o limite máximo estabelecido pela Fazenda Nacional (Requisições de Pequeno Valor), vedado o fracionamento do respectivo valor para tal finalidade.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

II – O princípio da não afetação enuncia a vedação constitucional, dirigida ao legislador, de vincular a receita pública a certas despesas, e apresenta como exceções somente a destinação de recursos para a educação e para a saúde.

III – O sistema de precatórios requisitórios é a fórmula adotada, nos termos da Constituição Federal, para que a Fazenda Pública pague a seus credores quantia certa à qual foi condenada por decisão transitada em julgado, assegurado o recebimento pelo orçamento público.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

40. O artigo 37 da Constituição Federal preceitua que a Administração Pública obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Nesse contexto, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) A vedação ao nepotismo na Administração Pública, como já decidiu o Supremo Tribunal Federal (Recurso Extraordinário n.º 579.951), não exige a edição de lei em sentido formal, visto que é decorrência direta do princípio da moralidade.
- (B) A observância ao princípio da impessoalidade não obsta que determinados atos administrativos tenham beneficiários certos.
- (C) A divulgação de todos os atos, contratos e outros instrumentos celebrados pela Administração Pública é medida sempre obrigatória e inafastável, sendo imprescindível para o conhecimento, controle e início de seus efeitos, face ao princípio da publicidade.
- (D) A Administração Pública está subordinada à observância das leis, regulamentos e atos normativos e, também, às súmulas editadas pelo Supremo Tribunal Federal na forma do artigo 103-A da Carta da República.
- (E) Os atos irregulares não se convalidam com a publicação, nem os regulares a dispensam para sua exigibilidade quando a lei ou o regulamento a exigem, pois a publicidade não é elemento formativo do ato, mas requisito para sua eficácia e moralidade.

41. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Somente o servidor público estável pode ser colocado em disponibilidade, nos termos dos parágrafos 2º e 3º do artigo 41 da Constituição Federal.
- (B) Denomina-se *reversão* a situação em que servidor público aposentado pode voltar ao serviço público quando assim o solicitar, ou quando determinado o retorno pela entidade a que se ligava, dado que insubsistentes os motivos da aposentação ou por não mais subsistirem determinantes de sua aposentadoria.
- (C) As hipóteses de contratação para atender necessidade temporária de excepcional interesse público devem estar disciplinadas em lei.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

(D) A acumulação de cargos públicos é a regra no Direito Brasileiro, dela tratando o artigo 37, inciso XVI, da Carta Federal, que exige, para tanto, a compatibilidade de horários.

(E) As vantagens pecuniárias são acréscimos remuneratórios transitórios ou definitivos, não constituindo liberalidade da Administração.

42. Considerando o regime disciplinar dos servidores públicos, assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) A punição disciplinar não depende de processo judicial, civil ou criminal, a que se sujeite o servidor pelo mesmo fato, nem obriga o Administrador a aguardar seu desfecho.

(B) A Carta da República assegura aos litigantes e aos acusados em geral o contraditório e a ampla defesa, já tendo o Supremo Tribunal Federal sumulado o entendimento (Súmula Vinculante n.º 05) de que afronta à Constituição a falta de defesa técnica por advogado em processo administrativo-disciplinar.

(C) A sindicância pode ser aberta com ou sem sindicado, exigindo-se, contudo, a indicação ou descrição da falta a apurar.

(D) Nos termos da Lei Complementar Estadual n.º 10.098/1994, será considerado como coautor o superior hierárquico que, recebendo denúncia ou representação a respeito de irregularidade no serviço ou de falta cometida por servidor, seu subordinado, deixar de tomar as providências necessárias para a apuração dos fatos.

(E) Os vícios formais encontrados na sindicância não se comunicam ao processo administrativo-disciplinar subsequente, na esteira do entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

43. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) As licitações não terão caráter sigiloso, salvo quanto ao conteúdo das propostas que vierem a ser apresentadas e, apenas, até a respectiva abertura.

(B) As obras e serviços licitados poderão ser executados de forma direta ou indireta (empregada por preço global, empregada por preço unitário, tarefa ou empregada integral), consoante preceitua o artigo 10 da Lei Federal n.º 8.666/1993.

(C) As concessões de serviço público devem ser outorgadas por tempo determinado, podendo seu prazo máximo ser fixado em lei dos Estados-membros, do Distrito Federal e dos Municípios.

(D) A Constituição Federal, em seu artigo 37, parágrafo 6º, dispõe que as pessoas jurídicas de Direito Público e as de Direito Privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, adotando, assim, a teoria do risco integral.

(E) As servidões administrativas, ao contrário da desapropriação, embora configurem ônus, nem sempre são indenizáveis.

44. As finanças municipais revestem-se de grande relevância e complexidade, demandando conhecimentos específicos para sua apreciação. Nesse contexto, assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) Os Municípios têm competência para instituir impostos sobre: propriedade predial e territorial urbana; transmissão *inter vivos* a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, inclusive os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição; e serviços de qualquer natureza, não compreendidos no artigo 155, inciso II, da Carta, definidos em lei complementar.

(B) Por determinação da Carta da República, no mínimo 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, deverá ser aplicada, anualmente, pelos Municípios na manutenção e desenvolvimento do ensino.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

(C) O ente político municipal pode, também, instituir contribuição de melhoria, contribuição social para custeio do sistema de previdência e assistência social de seus servidores e contribuição para custeio da iluminação pública, observadas as exigências constitucionais.

(D) Nos moldes do artigo 198, parágrafo 2º, da Constituição Federal, os Municípios deverão aplicar, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o artigo 156 e dos recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea "b", e parágrafo 3º da Constituição.

(E) O Município reger-se-á por sua lei orgânica, votada em dois turnos e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, sendo dotado de autonomia financeira, o que lhe assegura a instituição e arrecadação de tributos e a aplicação de suas rendas, subordinando-se, contudo, ao controle externo do Poder Legislativo Municipal.

45. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) Os serviços públicos de interesse local, inclusive o de transporte coletivo, de caráter essencial, serão organizados e prestados, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, pelos Municípios.

(B) As Câmaras Municipais de Vereadores, consoante reza a Carta da República, não gastarão mais de 70% de suas receitas com folha de pagamento, incluído aí o gasto com o subsídio dos Edis, sob pena de responsabilização de seus Presidentes por crime de responsabilidade.

(C) O ato de desapropriação de imóvel municipal rural expedido com inobservância do disposto no parágrafo 3º do artigo 182 da Constituição Federal (prévia e justa indenização em dinheiro) ou prévio depósito judicial do valor da indenização é nulo de pleno direito, consoante dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal.

(D) O uso comum dos bens públicos municipais pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencer.

(E) O Estado não intervirá em seus Municípios, salvo quando: deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada; não forem prestadas contas devidas, na forma da lei; não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde; ou o Tribunal der provimento à representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual ou para prover a execução de lei ou de decisão judicial.

46. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) Em regra, não há revisão do eleitorado em ano eleitoral, podendo o Tribunal Superior Eleitoral, entretanto, excepcionalmente, autorizar este procedimento, nos moldes do artigo 58, parágrafo 2º, da Resolução/TSE n.º 21.538/2003, caso haja motivos justificadores para tanto.

(B) A vedação contida no artigo 73, inciso V, da Lei Federal n.º 9.504/1997, de nomear e exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, nos três meses que o antecedem e até a posse dos eleitos, não tem incidência nas hipóteses de nomeação e exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções gratificadas.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

(C) Do início do prazo estabelecido no artigo 7º da Lei Federal n.º 9.504/1997 (no ano em curso, a partir de abril de 2014) e até a posse dos eleitos, é permitida, apenas, a concessão de reajustes de salário para recomposição do seu poder aquisitivo e a reestruturação de carreiras, devendo eventual abuso ser apurado na esfera própria.

(D) São inelegíveis para todo e qualquer cargo, nos termos da Lei Complementar n.º 64/1990, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 135/2010 (Lei da Ficha Limpa), os inalistáveis e os analfabetos.

(E) O artigo 37 da Lei n.º 9.504/1997, com a redação dada pela Lei n.º 12.891/2013, permite a propaganda em bens particulares e veda nos bens públicos, salvo naqueles cujo uso tenha sido objeto de concessão ou permissão do Poder público (*e.g.*, táxis e ônibus), caso em que poderão ser utilizados desde que haja anuência do concessionário ou permissionário.

47. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) O recurso contra a expedição de diploma cabe, somente, nos casos de inelegibilidade superveniente ou de natureza constitucional e de falta de condição de elegibilidade, nos moldes fixados pela Lei n.º 12.891/2013, que deu nova redação ao artigo 262 do Código Eleitoral.

(B) Qualquer eleitor, partido político, coligação, candidato e o Ministério Público Eleitoral podem, nos termos do artigo 22 da Lei Complementar n.º 64/1990, representar à Justiça Eleitoral pela abertura de investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político.

(C) A ação rescisória eleitoral somente é cabível de sentença que analisar o mérito da causa em hipóteses de inelegibilidade.

(D) O prazo para apresentação de representação por condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais é a data da diplomação, nos termos do artigo 73, parágrafo 12, da Lei Federal n.º 9.504/1997, com a redação dada pela Lei n.º 12.034/2009.

(E) A ação de impugnação de mandato eletivo pode ser proposta, no entendimento do Tribunal Superior Eleitoral (Recurso Especial n.º 28.040/2008), se o abuso de poder político consistir em conduta configuradora de abuso de poder econômico ou corrupção (corrupção aqui entendida no seu sentido coloquial, e não tecnicamente penal).

(F)

48. Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações, relativas à colocação em família substituta.

() Na colocação de criança ou adolescente em família substituta, o pedido poderá ser feito diretamente em cartório, em petição assinada pelos próprios requerentes, dispensada a assistência de advogado sempre que os pais forem falecidos, tiverem sido suspensos ou destituídos do poder familiar ou houverem aderido expressamente ao pedido de colocação em família substituta.

() Nos pedidos de colocação de criança ou adolescente em família substituta (guarda, tutela e adoção), será necessário o consentimento da criança e do adolescente, colhido em audiência.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- () Nas adoções de criança ou adolescente por pessoa ou casal residente ou domiciliado fora do Brasil, o estágio de convivência deverá ser cumprido no território nacional pelo prazo mínimo de 15 (quinze) dias.
- () Segundo o ECA, excepcionalmente, é possível deferir a guarda, fora dos casos de tutela ou adoção, para atender situações peculiares ou suprir a falta eventual dos pais ou responsável, podendo ser deferido o direito de representação para a prática de determinados atos.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) V – F – F – F.
(B) F – V – F – V.
(C) V – F – V – V.
(D) V – F – F – V.
(E) F – V – V – F.

49. Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações, relativas ao ato infracional e à execução das medidas socioeducativas.

- () A iniciativa do pedido de revisão judicial da medida socioeducativa aplicada com a remissão é exclusiva do Ministério Público.
- () Segundo a Lei n.º 12.594/2012 (SINASE), para o exercício da função de dirigente de programa de atendimento em regime de semiliberdade ou de internação, além dos requisitos específicos previstos no respectivo programa de atendimento, é exigida formação em nível superior compatível com a natureza da função; comprovada experiência no trabalho com adolescentes de, no mínimo, 2 (dois anos) e reputação ilibada.
- () Segundo a Lei n.º 12.594/2012 (SINASE), as medidas socioeducativas de liberdade assistida, de semiliberdade e de internação deverão ser reavaliadas, no máximo a cada 6 (seis) meses, podendo a autoridade judiciária, se necessário, designar audiência, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, cientificando o defensor, o Ministério Público, a direção do programa de atendimento, o adolescente e seus pais ou responsável.
- () A execução da medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade não poderá exceder o prazo de 6 (seis) meses.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) F – V – F – F.
(B) V – V – F – V.
(C) F – V – F – V.
(D) F – F – V – F.
(E) V – F – V – F.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

50. A respeito do Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta.

- (A)** Sem prejuízo da tomada de medidas emergenciais para proteção das vítimas de violência ou abuso sexual e das providências a que alude o artigo 130 do ECA, o afastamento da criança ou do adolescente do convívio familiar é de competência exclusiva da autoridade judiciária e importará na deflagração, a pedido do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse, de procedimento judicial contencioso, no qual se garanta aos pais ou ao responsável legal o exercício do contraditório e da ampla defesa.
- (B)** A permanência de criança e adolescente em programa de acolhimento institucional não poderá ultrapassar 6 (seis) meses, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.
- (C)** A colocação de criança ou adolescente em família substituta estrangeira pode se dar pela guarda, tutela e adoção.
- (D)** É possível, segundo o ECA, a concessão da guarda, em caráter liminar ou incidental, nos procedimentos de tutela e adoção, inclusive nos casos de adoção por estrangeiro.
- (E)** A intervenção do Ministério Público, nos casos de remoção de guardião, é imprescindível somente quando a criança ou adolescente se encontrar em uma das situações previstas no art. 98 do ECA.

51. Considere as seguintes afirmações.

I – Nos nascimentos frutos de partos sem assistência de profissionais da saúde ou parteiras tradicionais, a Declaração de Nascido Vivo será emitida pelos Oficiais de Registro Civil que lavrarem o registro de nascimento, sempre que haja demanda das Secretarias Estaduais ou Municipais de Saúde para que realizem tais emissões.

II – O Juiz da Infância e Juventude, verificada a inexistência de assento de nascimento de uma criança, requisitará ao oficial do Registro Civil, à vista dos dados disponíveis, as providências para a lavratura da respectiva Certidão de Nascimento.

III – Ressalvada a hipótese de registro tardio (art. 46 da Lei dos Registros Públicos), no assento de nascimento deverá constar, entre outros requisitos, o número de identificação da Declaração de Nascido Vivo, com controle do dígito verificador.

Quais estão corretas?

- (A)** Apenas I.
(B) Apenas II.
(C) Apenas III.
(D) Apenas II e III.
(E) I, II e III.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

52. Assinale a alternativa correta.

- (A)** Tendo o Estatuto da Criança e do Adolescente adotado o sistema recursal do Código de Processo Civil, com as ressalvas do artigo 198 do ECA, o prazo da apelação, nos procedimentos de apuração de ato infracional praticado por adolescente, será sempre de 15 dias para o Ministério Público e para a defesa.
- (B)** Segundo o ECA, as ações judiciais da competência da Justiça da Infância e Juventude estão sujeitas ao pagamento de custas e emolumentos.
- (C)** Segundo a Lei n.º 12.594/2012 (SINASE), a substituição de medida socioeducativa por outra mais gravosa somente ocorrerá em situações excepcionais, após o devido processo legal, inclusive no caso de descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta (art. 122, inciso III, do ECA), hipótese em que o prazo da internação não poderá ser superior a 3 (três) meses.
- (D)** A intimação da sentença que aplicar ao adolescente autor de ato infracional o regime de semiliberdade será feita unicamente ao defensor.
- (E)** No procedimento para apuração de ato infracional praticado por adolescente, o prazo para o oferecimento da defesa prévia é de 5 (cinco) dias.

53. Assinale a alternativa correta.

- (A)** Para nomeação do tutor, a autoridade judiciária, em qualquer hipótese, deve observar a ordem legal prevista no art. 1.731 do Código Civil.
- (B)** O consentimento dos titulares do poder familiar com a colocação de filho em família substituta através da adoção é retratável até a data do trânsito em julgado da sentença constitutiva da adoção.
- (C)** A nomeação de curador especial ao menor, nas ações de suspensão ou destituição do poder familiar, segundo súmula do TJRS, é desnecessária quando a ação for ajuizada pelo Ministério Público.
- (D)** Os ascendentes, os irmãos e os tios não podem adotar criança ou adolescente, por expressa vedação legal.
- (E)** Segundo o ECA, os efeitos da adoção ocorrem sempre a partir do trânsito em julgado da sentença constitutiva.

54. Assinale a alternativa correta.

- (A)** As entidades governamentais e não-governamentais previstas no art. 90 do ECA serão fiscalizadas somente pelo Judiciário e pelo Ministério Público.
- (B)** As causas suspensivas da celebração do casamento podem ser arguidas, na linha reta, pelos parentes de um dos nubentes, sejam consanguíneos ou afins, e, na linha colateral, pelos cunhados, irmãos e tios de um dos nubentes.
- (C)** O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para a reintegração familiar daqueles que ainda não atingiram 12 (doze) anos, ou, não sendo possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

(D) A Justiça da Infância e da Juventude é competente para conhecer os pedidos de adoção de criança e adolescente formulado por estrangeiros; as adoções de crianças e adolescentes requeridas por brasileiros tramitam nas Varas de Família.

(E) Segundo o ECA, contra as decisões proferidas com base no artigo 149, caberá recurso de apelação.

55. Segundo a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com as alterações que lhe sobrevieram, assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) Na educação infantil, a lei exige carga horária mínima de 800 (oitocentas) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral.

(B) Na educação infantil, a lei exige controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas.

(C) Na educação infantil, a lei exige avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

(D) Na educação infantil, primeira etapa da educação básica, é facultativo à instituição de educação infantil expedir documento que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.

(E) A educação infantil será oferecida em creche, ou entidade equivalente, para crianças de até três anos de idade, ao passo que a pré-escola atende as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade.

56. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) A autoridade do curador se estende à pessoa e aos bens dos filhos do curatelado enquanto não atingida a capacidade civil.

(B) Segundo o Código Civil, as crianças e os adolescentes cujos pais forem desconhecidos, falecidos ou que tiverem sido suspensos ou destituídos do poder familiar terão tutores nomeados pelo juiz ou serão incluídos em programas de colocação familiar, na forma prevista no ECA.

(C) Segundo o Código Civil, podem escusar-se da tutela aqueles que tiverem sob sua autoridade mais de três filhos.

(D) O juiz pode nomear um protutor para fiscalizar os atos do tutor, arbitrando-lhe uma gratificação módica pela fiscalização efetuada.

(E) Ao curador dos enfermos ou deficientes mentais, dos que não tiverem o necessário discernimento para os atos da vida civil; daqueles que, por outra causa duradoura, não puderem exprimir sua vontade; dos deficientes mentais, dos ébrios habituais e dos viciados em tóxicos; dos excepcionais sem completo desenvolvimento mental e dos pródigos, não há previsão legal de perceber remuneração.

57. De acordo com o Código Civil, considere as seguintes afirmações.

I – Na linha reta, a afinidade não se extingue com a dissolução do casamento ou da união estável.

II – Os cônjuges podem, na vigência do Código Civil atual, alterar o regime de bens desde que, por ocasião do casamento, não tenham firmado pacto antenupcial.

III – No regime da comunhão universal de bens, excluem-se da comunhão as pensões, meios-soldos, montepios e outras rendas semelhantes.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

58. Assinale a alternativa correta acerca da antecipação de tutela, considerando os termos da legislação pátria em vigor.

- (A) A caução poderá ser dispensada pelo juiz, ainda que seu cumprimento implique atos que possam resultar grave dano ao réu.
- (B) Na hipótese de sentença que julgou improcedente a ação, revogando a antecipação de tutela anteriormente concedida, e para que não haja o restabelecimento da medida revogada, o recurso de apelação eventualmente interposto deverá ser recebido no efeito devolutivo.
- (C) A concessão da antecipação de tutela, em razão do princípio da instrumentalidade das formas e estando presentes os requisitos para sua concessão, poderá ser concedida de ofício pelo juiz.
- (D) É possível a concessão de tutela antecipada no procedimento monitório quando, após a apresentação de embargos pelo réu, observar-se-á o procedimento comum ordinário.
- (E) A tutela antecipada é incompatível com a celeridade inerente aos procedimentos sumário (art. 275, CPC) e sumaríssimo (Juizados Especiais Cíveis).

59. Com relação às defesas do réu, no processo civil, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) a incompetência absoluta, a litispendência, a coisa julgada e a carência de ação, dentre outras matérias, deverão ser apresentadas na contestação, como preliminares, antes de discutir o mérito da causa; poderá, o juiz, entretanto, conhecer de tais matérias de ofício.
- (B) as exceções de impedimento, suspeição e de incompetência relativa suspendem o processo principal, até que sejam definitivamente julgadas.
- (C) as alegações de novação, compensação, perempção, retenção e convenção de arbitragem qualificam-se como exceções substanciais.
- (D) uma demanda pelo rito sumário, sendo réu o Município de Xiru, implica a citação deste réu com no mínimo 20 (vinte) dias de antecedência à data da audiência de conciliação.
- (E) a reconvenção é peça típica do procedimento comum ordinário; em tese, porém, poderá ser admitida em procedimentos especiais, desde que não se trate de procedimento que verse sobre ações dúplices, e que a apresentação da defesa altere o procedimento de especial para comum ordinário, como ocorre, por exemplo, com o procedimento monitório.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

60. Em uma Ação de Usucapião em que A move contra B, adquirente, sob o fundamento de que a aquisição do domínio se consumou anteriormente ao registro da escritura pública de compra e venda outorgada por C a B. B, no prazo de defesa, para resguardar seus direitos e permanecer com o domínio sobre o imóvel, deverá

- (A) não contestar a ação e denunciar da lide C.
- (B) não contestar a ação e nomear à autoria C.
- (C) contestar a ação e chamar ao processo C.
- (D) contestar a ação e nomear à autoria C.
- (E) contestar a ação e denunciar da lide C.

61. Considerando-se A e B com diferentes procuradores propõem Ação de Execução de Título Extrajudicial contra X, Y e Z, devedores solidários. Todos foram citados por oficial de justiça. O mandado de citação de X foi juntado aos autos no dia 03/09 (2ª feira), o de Y no dia 05/09 (4ª feira) e o de sua esposa Z no dia 06/09 (5ª feira). Considerando-se que os executados apresentarão defesa através de Embargos do Executado, com procuradores diferentes (X terá um procurador, e Y e Z terão um outro procurador), é correto afirmar quanto aos prazos para Embargos do Executado que

- (A) o prazo de X se encerrará em 18/09; o prazo de Y e Z se encerrará em 24/09.
- (B) o prazo de X se encerrará em 03/10; o prazo de Y e Z se encerrará em 09/10.
- (C) o prazo será comum a todos os executados encerrando-se em 09/10.
- (D) o prazo será comum a todos os executados encerrando-se em 21/09.
- (E) o prazo de X se encerrará em 18/09; o prazo de Y e Z se encerrará em 21/09.

62. Assinale a alternativa correta com relação à ação rescisória.

- (A) Admite-se este tipo de ação ainda que não se tenha esgotado todos os recursos contra a sentença de mérito transitada em julgado.
- (B) Os terceiros interessados, mesmo que o interesse seja meramente econômico, são legitimados a propor ação rescisória.
- (C) No âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, admite-se ação rescisória quando houver sentença de mérito transitada em julgado que viole literal disposição da Lei n.º 9.099/95.
- (D) A ação rescisória deverá ser ajuizada até 2 (dois) anos após o trânsito em julgado da última decisão, sob pena de prescrição.
- (E) Em razão da estabilidade da coisa julgada, o ajuizamento da ação rescisória não impede o cumprimento da sentença ou acórdão rescindendo, posto que não se admite a concessão de medidas de natureza cautelar ou antecipatória de tutela.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

63. Considere o enunciado abaixo e a três propostas para completá-lo.

Publicada a sentença,

1. o juiz poderá alterá-la, para lhe corrigir, de ofício ou a requerimento da parte, inexactidões materiais, lhe retificar erros de cálculo ou através de embargos de declaração.
2. o juiz, em se tratando de sentença que tenha indeferido a petição inicial, poderá reformar seu entendimento, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da interposição do recurso de apelação pelo autor.
3. o juiz, em se tratando de sentença de total improcedência da ação, nas hipóteses de julgamento *prima facie*, na forma do art. 285-A, CPC, poderá, no prazo de 5 (cinco) dias, não manter a sentença, caso tenha o autor interposto recurso de apelação.

Quais propostas estão corretas?

- (A) Apenas 2.
- (B) Apenas 1 e 2.
- (C) Apenas 1 e 3 .
- (D) Apenas 2 e 3.
- (E) 1, 2 e 3.

64. Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações em relação ao recurso de apelação no Código de Processo Civil.

- () Em razão do efeito devolutivo, serão objeto de apreciação pelo tribunal as questões suscitadas e discutidas no processo, desde que a sentença as tenha julgado por inteiro.
- () Será recebido somente no efeito devolutivo quando interposto de sentença que julgar improcedentes os embargos à execução ou os embargos à ação monitória.
- () Interposto o recurso de apelação cabe ao juiz examinar os requisitos de admissibilidade, declarar os efeitos em que recebe o recurso e dar vista para as contrarrazões e, antes de remeter ao Tribunal para julgamento, deverá reexaminar os pressupostos de admissibilidade do recurso.
- () Questões de fato não propostas no juízo inferior poderão ser suscitadas na apelação, se a parte provar que deixou de fazê-lo por motivo de força maior.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) V – F – F – F.
- (B) F – V – F – F.
- (C) V – F – V – V.
- (D) F – F – F – V.
- (E) V – V – V – F.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

65. Sobre as provas no processo civil, assinale a alternativa correta.

- (A) A confissão, quando emanar de erro, dolo ou coação, poderá ser revogada por ação anulatória, se pendente o processo em que foi feita, ou por ação rescisória, depois de transitada em julgado a sentença, da qual constitua um dos fundamentos da sentença.
- (B) Caso a parte, devidamente intimada, não compareça à audiência, ou comparecendo, se recuse a ser interrogada sobre os fatos da causa, o juiz não poderá lhe aplicar a pena de confissão, pois o interrogatório da parte não se destina, precipuamente, à obtenção de confissão; poderá, todavia, lhe aplicar a pena de litigância de má-fé, pois é dever da parte comparecer em juízo, respondendo ao que lhe for interrogado.
- (C) Em se tratando de prova pericial determinada de ofício pelo juiz ou mediante requerimento do Ministério Público, os valores relativos aos honorários periciais deverão ser adiantados, de forma igualitária, por autor e réu.
- (D) Incumbe à parte que pretender suscitar a falsidade material de um documento produzido pela parte adversa arguir tal matéria na contestação ou no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação de sua juntada aos autos.
- (E) Ao final da audiência de instrução e julgamento, em sede de debates orais, falarão, sucessivamente, o órgão do Ministério Público, o advogado do autor e o advogado do réu.

66. Considere, abaixo, a norma disposta no art. 7º, inciso II, alínea c, do Código Penal.

“Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro [...], os crimes [...] praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro e aí não sejam julgados”.

Esse inciso II, em sua alínea c, define o princípio da

- (A) proteção.
- (B) justiça universal.
- (C) representação.
- (D) defesa.
- (E) territorialidade.

67. Em relação à aplicação das penas restritivas de direitos nas questões penais apresentadas, assinale a alternativa correta.

- (A) A pena restritiva de direitos converte-se em privativa de liberdade quando ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta, devendo o condenado cumpri-la, integralmente, sem deduzir o tempo cumprido da pena restritiva de direitos.
- (B) O Supremo Tribunal Federal decidiu pela constitucionalidade das regras impeditivas da substituição da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos ao condenado por tráfico de drogas privilegiado.
- (C) Ao estrangeiro, residente no país, e com visto de permanência, autor de crime considerado de menor potencial ofensivo, não se admite a concessão da pena restritiva de direitos.
- (D) O Superior Tribunal de Justiça posiciona-se no sentido de que a reincidência genérica não impede, por si só, a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, podendo o juiz aplicar a substituição, desde que, em face da condenação anterior, a medida seja socialmente recomendável e a reincidência não tenha se operado em virtude do mesmo crime.
- (E) Tratando-se de concurso de crimes, a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos será possível mesmo que o total das reprimendas ultrapasse quatro anos.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

68. Quanto à aplicação das regras e disposições decorrentes do concurso de crimes, assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) Quando se tratar de crime continuado, a prescrição regula-se pela pena imposta na sentença, não se computando o acréscimo decorrente da continuação.

(B) No concurso de crimes culposos, a substituição por pena restritiva de direitos é possível, qualquer que seja a pena aplicada.

(C) No concurso material de crimes, a prescrição incide sobre a soma das penas cominadas.

(D) O benefício da suspensão condicional do processo não é aplicável em relação às infrações penais cometidas em concurso material, concurso formal ou continuidade delitiva, quando a pena mínima cominada, seja pelo somatório, seja pela incidência da majorante, ultrapassar o limite de um ano.

(E) Na continuidade delitiva de que trata o *caput* do art.71 do Código Penal, o melhor critério adotado para a fixação do aumento de pena (dosagem da exasperação) é o que considera o número de crimes praticados.

69. No dia 26 de janeiro de 2011, João Porto, 21 anos, ofendeu a integridade corporal de seu vizinho, Jorge Antônio, ao desferir-lhe um soco no olho esquerdo, causando-lhe a perda da visão. O Ministério Público ofereceu denúncia contra o acusado pelo crime de lesão corporal de natureza grave, art. 129, §1º, inciso III (debilidade permanente de sentido), do CP. A peça vestibular foi recebida no dia 14 de fevereiro de 2011. A ação penal foi julgada procedente, condenando João Porto à pena de um ano de reclusão, dada a sua condição de primário, de bons antecedentes e com circunstâncias judiciais favoráveis. A sentença condenatória foi publicada no dia 29 de março de 2014, que se tornou definitiva para as partes em abril do mesmo ano. Assim, na hipótese apresentada, e com base na pena aplicada, confere-se ao condenado o direito à

(A) suspensão condicional do processo.

(B) suspensão condicional da pena.

(C) substituição da pena privativa de liberdade por uma restritiva de direitos.

(D) substituição da pena privativa de liberdade por duas restritivas de direitos.

(E) extinção da punibilidade pela prescrição.

70. Everton Frühauf, ao adquirir mercadorias no Supermercado *Preço Bom*, pagou as compras com um cheque subtraído de seu colega de trabalho, Renato Klein. No caixa, apresentou-se como titular da conta-corrente. Preencheu a cártula e falsificou a assinatura de Renato. O atendente, seguindo o procedimento de rotina, chamou o supervisor para liberar a cártula, quando foram surpreendidos com a conduta de Everton, que deixou o estabelecimento em desabalada corrida, sem levar as mercadorias, por presumir que sua ação teria sido descoberta. No estacionamento, o segurança do estabelecimento deteve Everton e conduziu-o à autoridade policial.

Esse caso configura

(A) tentativa de furto qualificado pela fraude.

(B) tentativa de estelionato.

(C) desistência voluntária.

(D) arrependimento posterior.

(E) arrependimento eficaz.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

71. Quanto às disposições da Lei de Drogas, assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) O tráfico de drogas cometido nas imediações de locais de trabalho coletivo não é considerado causa de aumento de pena.

(B) É isento de pena o agente que, em razão da dependência, ou sob o efeito de droga, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, qualquer que tenha sido a infração penal praticada, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou determinar-se de acordo com esse entendimento.

(C) Quem, para seu consumo pessoal, semeia, cultiva ou colhe plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica, fica submetido às penas de advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo, aplicáveis isolada ou cumulativamente e podem ser substituídas a qualquer tempo.

(D) O sentenciado, condenado por tráfico de drogas (art. 33, "caput" da Lei nº 11.343/2006), tem direito ao livramento condicional após o cumprimento de dois terços da pena.

(E) A imposição e a execução das penas prescrevem em dois anos, observado, no tocante à interrupção do prazo, as disposições do Código Penal.

72. Jorge Santos, 18 anos, ao encontrar o revólver pertencente ao seu pai, aproveitou-se de sua ausência, para deflagrar tiros contra uma placa de trânsito, em frente à sua residência, em plena via pública, no Bairro Imigrante, em Caxias do Sul. Os vizinhos, ao ouvirem os estampidos, chamaram a guarnição da Brigada Militar, que se deslocou até o local e prendeu Jorge Santos em flagrante. A arma apreendida era de uso permitido, estava devidamente registrada, e apenas o pai de Jorge tinha autorização para portá-la. Assim, Jorge Santos deverá responder pelo(s) crime(s) de

(A) posse irregular de arma de fogo de uso permitido, conforme art. 12 da Lei nº 10.826/2003.

(B) posse irregular de arma de fogo de uso permitido e disparo de arma de fogo, conforme arts. 12 e 15 da Lei nº 10.826/2003, em concurso material.

(C) porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, conforme art. 14 da Lei nº 10.826/2003.

(D) porte ilegal de arma de fogo de uso permitido e disparo de arma de fogo, conforme arts. 14 e 15 da Lei nº 10.826/2003, em concurso formal.

(E) disparo de arma de fogo, conforme art. 15 da Lei nº 10.826/2003.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

73. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas do enunciado abaixo, na ordem em que aparecem.

Durante o festival de balonismo, na cidade de Torres, Afonso Dias, 52 anos, deslocou-se até a Boate Cristal para festejar a sua classificação no evento. No recinto, conheceu o transformista Maitê, 21 anos, convidando-o para acompanhá-lo na comemoração. Enquanto conversavam, Afonso disfarçadamente colocou uma substância na bebida de Maitê, que o levou a perder os sentidos. Na sequência, conduziu o transformista desmaiado, sem poder oferecer resistência, até seu carro, onde praticou com ele sexo anal. No dia seguinte, Maitê registrou o fato delituoso contra Afonso na Delegacia de Polícia e adotou as medidas necessárias para responsabilizá-lo. No presente caso, o crime praticado pelo agente é o de _____ e a ação penal correspondente é _____.

- (A) estupro de vulnerável – pública incondicionada
- (B) estupro – pública incondicionada
- (C) violação sexual mediante fraude – pública condicionada à representação
- (D) estupro – pública condicionada à representação
- (E) violação sexual mediante fraude – privada

74. No dia 1º de novembro de 2012, por volta das 14h, o policial civil Otavio Gustavo Meireles, vulgo cofrinho, ao dar cumprimento ao mandado de prisão, expedido pelo Juiz da 2ª Vara Criminal, prendeu Laurindo Santos, 20 anos, quando este chegava a sua residência. Laurindo foi preso em decorrência de elementos indicativos que o apontavam como sendo o “chefe” do comércio de drogas na Vila Buraco Quente. Após ser encaminhado à Cadeia, o policial civil retornou à casa do traficante e exigiu da mãe de Laurindo uma “mesada” de R\$1.000,00, enquanto ele estivesse preso; caso contrário, Laurindo viraria mulher dos detentos. Constrangida pela grave ameaça proferida, a vítima, de imediato, repassou a quantia exigida, comprometendo-se ao pagamento mensal em garantia da integridade física de seu filho.

O crime praticado por Otavio Gustavo Meireles é denominado

- (A) concussão.
- (B) extorsão.
- (C) corrupção passiva.
- (D) corrupção ativa.
- (E) violência arbitrária.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

75. Relativamente às assertivas abaixo, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) A declaração falsa de pobreza para obter os benefícios da justiça gratuita não configura o crime de falsidade ideológica.
- (B) Os crimes contra o meio ambiente, previstos na Lei n.º 9.605/98, admitem a forma culposa.
- (C) O crime de "embriaguez ao volante" é de perigo abstrato, e para sua comprovação basta a constatação de que a concentração de álcool no sangue do agente que conduzia o veículo em via pública era maior do que a fixada, não sendo necessária a demonstração da efetiva potencialidade lesiva de sua conduta.
- (D) A prática de novo fato definido como crime doloso no curso da execução de pena, constatada em procedimento administrativo disciplinar, consubstancia falta grave, independentemente de condenação transitada em julgado pelo novo delito, o que implica a regressão de regime, quando possível, perda de até um terço dos dias remidos e reinício da contagem do prazo a partir da data da infração disciplinar para concessão de benefícios afetados.
- (E) Constitui crime de abuso de autoridade a conduta do agente policial que priva a criança ou adolescente de sua liberdade, procedendo à sua apreensão sem estar em flagrante de ato infracional ou inexistindo ordem escrita da autoridade judiciária competente.

76. Athirson foi preso preventivamente por homicídio qualificado. O corpo da vítima só foi encontrado no curso do inquérito policial, tendo o cadáver, logo depois, sido submetido à autópsia pelos legistas do IGP. Pronunciado, recorreu em sentido estrito. Nas razões, a defesa suscitou, em preliminar, a nulidade da prova pericial por não lhe ter sido oportunizada a formulação de quesitos e a indicação de assistente técnico. Cumpridos os arts. 588 e 589 do CPP, o feito chegou ao segundo grau. Recebendo-o, o Procurador de Justiça, no seu parecer, deve propugnar para que a Câmara Criminal

- (A) afaste a prefacial por ausência de previsão legal naquele estágio do processo.
- (B) acate a preliminar por inobservância do contraditório e da ampla defesa, anulando a perícia e determinando a exumação do cadáver.
- (C) acate a preliminar anulando o processo desde a denúncia.
- (D) afaste a prefacial para que a matéria seja examinada pelos jurados.
- (E) acate a prefacial incumbindo ao juízo de primeiro grau proceder na forma do art. 410 do CPP.

77. Demétrio foi vítima de ameaça. O prazo para representação finda em 15 de janeiro, em plenas férias forenses. Neste caso, o prazo

- (A) é interrompido até o final das férias.
- (B) é suspenso até o final das férias.
- (C) é prorrogado por questão de força maior.
- (D) não é interrompido.
- (E) é prorrogado automaticamente sob pena de violar o princípio constitucional de pleno acesso à justiça.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

78. Eurípedes foi preso preventivamente por homicídio qualificado. Com o inquérito findo em mãos, o Ministério Público levou 15 dias para oferecer a denúncia. Encerrada a instrução em prazo razoável, nas alegações orais, a defesa sustentou, em preliminar, que a denúncia não poderia ter sido recebida, uma vez que ofertada fora do prazo do art. 46 do CPP.

Nessa situação, o Magistrado deve

- (A) reconhecer a prefacial e anular a peça inaugural.
- (B) afastar a prefacial, por ser mera irregularidade.
- (C) proceder, por analogia, na forma do art. 28 do CPP, para que o Procurador-Geral de Justiça tome as providências legais.
- (D) reconhecer a prefacial e, através de *habeas corpus* de ofício, determinar a liberdade do réu.
- (E) reconhecer a prefacial e impor ao Ministério Público a perda de 10 dias de vencimentos.

79. Num júri de alta complexidade por envolver 5 réus com advogados diferentes, a sessão foi suspensa para que os jurados pudessem jantar. Numa das mesas, sentaram 3 jurados e 2 oficiais de justiça. Durante a janta, um dos juízes de fato perguntou o nome de uma testemunha ouvida em plenário para outro jurado, que respondeu prontamente, antes que o serventuário pudesse intervir. A conversa não foi além. O ocorrido foi levado ao conhecimento do Juiz e do Promotor.

Nesse caso, deve haver

- (A) a continuação do júri por não ter havido nulidade.
- (B) a anulação do júri por quebra da incomunicabilidade entre os jurados.
- (C) a exclusão dos dois jurados, com a convocação de substitutos e a renovação dos até então praticados.
- (D) a reabertura do julgamento para que os demais jurados decidam a controvérsia.
- (E) a exclusão dos dois jurados e a continuação do julgamento.

80. Maruza foi condenada pela prática de estelionato. A ré foi intimada da condenação em 03/02/2014. O defensor constituído já havia sido intimado em 10/12/2013, via publicação do Diário Oficial. O mandado judicial de intimação da sentenciada foi juntado aos autos em 12/02/2014, e o recurso protocolado no dia seguinte. A inconformidade foi recebida, seguindo os trâmites processuais normais. Ao receber o apelo para contrarrazões, o Promotor de Justiça deve considerá-lo, consoante a jurisprudência majoritária,

- (A) tempestivo e oferecer suas razões relativas ao mérito.
- (B) intempestivo e apresentar preliminar de não conhecimento.
- (C) intempestivo e requerer que o Juiz, em grau de retratação, reformule sua decisão de dar continuidade ao recurso.
- (D) intempestivo, mas propor ao segundo grau o seu conhecimento pelo princípio da ampla defesa.
- (E) intempestivo, mas propor a nulidade da intimação pela demora do oficial de justiça em cumprir com suas obrigações.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

81. Tarquínio, servente de pedreiro, analfabeto, era casado, e ainda assim, contraiu novo matrimônio em 21/03/2002. O fato só veio à tona em 25/03/2014. Aberto inquérito policial de ofício no mesmo dia, por ter a autoridade policial tomado ciência do evento por meio de extensa notícia jornalística, foi concluído rapidamente, e o Ministério Público, frente às irretorquíveis provas documentais coletadas nos registros públicos do duplo casamento, deve, consoante a jurisprudência majoritária,

- (A) esperar pela representação da última vítima.
- (B) propor o arquivamento pela ocorrência da prescrição da pretensão punitiva.
- (C) propor o arquivamento por medida de política criminal face o decurso do tempo.
- (D) propor o arquivamento porque o indiciado incorreu em erro sobre a ilicitude do fato.
- (E) denunciá-lo pelo crime de bigamia.

82. Heráclides foi preso em flagrante como incurso no art. 157, §2º, incisos I e II do CP, em 15/04/2014, às 15 horas. O flagrante foi convertido em prisão preventiva e o indiciado foi denunciado, mas a Defensoria Pública, não tendo obtido sucesso no primeiro grau, protocolou *habeas corpus* no Tribunal de Justiça do Estado, alegando que, pela certidão do Registro Civil anexada, o paciente nasceu em 15/04/1996, às 20h07min, sendo, portanto, inimputável. O Procurador de Justiça junto à Câmara Criminal deve propor

- (A) a concessão da ordem para trancar a ação penal.
- (B) a concessão da ordem para remeter os autos para o Juizado da Infância e da Juventude para as adequações devidas.
- (C) a denegação da ordem.
- (D) a concessão da ordem para tão só colocá-lo em liberdade enquanto se aguarda perícia na certidão do Registro Civil juntada aos autos.
- (E) a concessão da ordem para tão só colocá-lo em liberdade enquanto se aguarda perícia para atestar a sua idade cronológica.

83. Uma embarcação nacional de grande calado, destinada ao comércio internacional, viajava de Itajaí (SC) para o porto de Rio Grande para receber alguns contêineres e depois rumar para a África do Sul. Contudo, nas proximidades de Rio Grande, o marinheiro Temístocles, natural de Porto Alegre, se envolveu numa luta corporal contra o colega Guido, acabando por assassiná-lo. A ação penal deverá ser processada

- (A) no Tribunal do Júri da Justiça Estadual de Itajaí.
- (B) no Tribunal de Júri da Justiça Estadual de Rio Grande.
- (C) no Tribunal do Júri da Justiça Estadual de Porto Alegre.
- (D) na Justiça da África do Sul.
- (E) no Tribunal do Júri da Justiça Federal de Rio Grande.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

84. Virgilino, preso preventivamente por tráfico de entorpecentes em 05/06/2014, através de advogado, impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que foi denegado por 2 a 1, em 25/06/2014. O paciente, inconformado, contactou o causídico e solicitou que ele continuasse buscando sua liberdade. O advogado, considerando a lei formal e a jurisprudência atual dos pretórios superiores, deve usar o seguinte remédio jurídico:

- (A) embargos infringentes e de nulidade dirigidos ao TJE.
- (B) embargos infringentes e de nulidade dirigidos ao STJ.
- (C) *habeas corpus* perante o STJ.
- (D) recurso ordinário constitucional perante o STJ.
- (E) agravo regimental junto ao TJE.

85. Gideon, serventuário da Justiça Estadual, foi preso em flagrante por corrupção ativa. O evento acarretou a instauração de processo administrativo, cuja cópia integral foi remetida para o Ministério Público. O procedimento foi anulado por estar com vícios formais e recomeçou novamente. Neste ínterim, entretanto, com base naquelas peças e no inquérito policial que também apurou os fatos, o Promotor de Justiça ofereceu a denúncia. O advogado do funcionário impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de Justiça do Estado, solicitando o trancamento da ação penal. Recebendo-o, o Procurador de Justiça perante a Câmara Criminal deve opinar pela

- (A) concessão da ordem por faltar suporte probatório à denúncia.
- (B) concessão da ordem para que se aguarde o final do processo administrativo.
- (C) denegação da ordem.
- (D) concessão da ordem por ser fato atípico.
- (E) concessão da ordem por se tratar de questão prejudicial.

86. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

O Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, exercendo atribuições por seu Órgão Especial, poderá

- (A) opinar sobre anteprojetos de lei de iniciativa do Ministério Público.
- (B) eleger quatro integrantes do Conselho Superior do Ministério Público e seus suplentes.
- (C) eleger o Corregedor-Geral do Ministério Público.
- (D) aprovar proposta orçamentária do Ministério Público, elaborada pelo Procurador-Geral de Justiça.
- (E) dar posse ao Procurador-Geral do Ministério Público.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

87. No âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, com referência à eleição e nomeação do Procurador-Geral de Justiça, é correto afirmar que

- (A) a formação de lista tríplice dar-se-á mediante voto secreto, podendo o membro do Ministério Público em efetivo exercício votar em um único candidato habilitado.
- (B) o membro do Ministério Público que tiver sido condenado por crime doloso ou culposo, com decisão transitada em julgado, é inelegível.
- (C) o membro do Ministério Público aposentado poderá votar, mas é inelegível.
- (D) o Governador do Estado nomeará o Procurador-Geral, dentre os membros do Ministério Público com mais de 10 anos de efetivo exercício na carreira e, no mínimo, 35 anos de idade, implementados até a data da posse, indicados em lista tríplice.
- (E) o Procurador-Geral será nomeado para um mandato de quatro anos, sendo permitida a recondução por igual período, observado o mesmo procedimento de eleição e de nomeação.

88. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

Em relação ao Conselho Nacional do Ministério Público, de acordo com seu Regimento Interno, durante o exercício do mandato de Conselheiro Nacional, é vedado ao membro do Ministério Público

- (A) ser promovido por merecimento ou antiguidade.
- (B) exercer cargo ou função de chefia, direção ou assessoramento da instituição a que pertença.
- (C) integrar o Conselho Superior da instituição a que pertença.
- (D) exercer cargo de direção em instituição de classe.
- (E) integrar lista para Procurador-Geral de Justiça.

89. À luz dos ditames da Lei n.º 10.741/2003 – Estatuto do Idoso –, assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as afirmações abaixo.

- () As entidades governamentais de atendimento ao idoso que descumprirem as determinações da Lei nº 10.741/2003 – Estatuto do Idoso – ficarão sujeitas, dentre outras, às penalidades de advertência e de multa.
- () Cabe ao Estado o pagamento de um salário mínimo mensal, a título de benefício previdenciário, postulado pelo idoso carente a partir de 60 anos de idade.
- () A obrigação de prestar alimentos ao idoso é solidária, podendo o alimentando optar entre os prestadores.
- () É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 anos, em qualquer instância.

A seqüência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) V – F – F – V.
- (B) V – F – V – F.
- (C) V – V – F – F.
- (D) F – F – V – V.
- (E) F – V – V – F.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

90. Quanto à atuação do Ministério Público, tendo como supedâneo a Lei nº 10.741/2003 – Estatuto do Idoso –, assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as afirmações abaixo.

- () Compete ao Ministério Público promover e acompanhar ações de alimentos, de interdição e de designação de curador especial em circunstâncias que justifiquem a medida e officiar em todos os feitos em que se discutam os direitos de idosos em condições de risco.
- () A nulidade pela não intervenção do Ministério Público nos processos e procedimentos em que atua como *custos legis* não pode ser declarada de ofício pelo Juiz.
- () A Lei Estadual nº 7.669/82 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul) prevê, como função institucional, inspecionar e fiscalizar os locais e órgãos públicos e privados que abriguem idosos.
- () Compete ao Ministério Público atuar como substituto processual do idoso, visando à aplicação de medidas de proteção, quando, em razão de sua condição pessoal, forem ameaçados ou violados direitos reconhecidos no Estatuto do Idoso.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) V – V – F – F.
- (B) V – F – V – F.
- (C) F – V – F – F.
- (D) V – F – V – V.
- (E) F – V – V – V.

91. Assinale a afirmação correta acerca do Cadastro Ambiental Rural (CAR), à luz do Novo Código Florestal, Lei n.º 12.651/12, com as alterações da Lei n.º 12.727/12, e do Decreto n.º 7.830/12.

- (A) A inscrição no CAR é obrigatória para os imóveis rurais, exceto no caso de pequenas propriedades e posses rurais familiares, em que a inscrição é facultativa.
- (B) A inscrição no CAR tem natureza constitutiva e permanente.
- (C) A adesão ao Programa de Regularização Ambiental independe de inscrição do imóvel rural no CAR.
- (D) O registro da Reserva Legal no CAR desobriga a averbação no Cartório de Registro de Imóveis.
- (E) Uma vez registrada no CAR, fica vedada a alteração da destinação da Reserva Legal nos casos de transmissão ou de desmembramento, o que implica necessariamente imutabilidade e congelamento da área.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

92. De acordo com o Novo Código Florestal, Lei n.º 12.651/12, com as alterações da Lei n.º 12.727/12, determinadas áreas cobertas com florestas ou outras formas de vegetação são consideradas de Preservação Permanente independentemente de qualquer ato do Chefe do Poder Executivo.

A esse respeito, considere os itens listados abaixo.

1. manguezais, em toda a sua extensão
2. áreas destinadas a proteger várzeas
3. restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues
4. áreas destinadas a proteger as restingas ou veredas
5. áreas que tenham a finalidade de conter a erosão do solo e mitigar riscos de enchentes e deslizamentos de terra e de rocha

Quais deles se inserem no tipo de Áreas de Preservação Permanente descrito acima?

- (A) Apenas 1 e 2.
- (B) Apenas 1 e 3.
- (C) Apenas 2 e 4.
- (D) Apenas 4 e 5.
- (E) 1, 2, 3, 4 e 5.

93. Considere as seguintes afirmações relativas à Área de Preservação Permanente (APP), em conformidade com o Novo Código Florestal, Lei n.º 12.651/12, com as alterações da Lei n.º 12.727/12.

- (A) A APP pode estar coberta por vegetação nativa ou por vegetação exótica.
- (B) Independentemente do tipo de APP, descabe indenização ao proprietário rural que deva ter em seu imóvel tal área protegida.
- (C) O novo Código Florestal ocupa-se da APP em zonas rurais, não da existente nas zonas urbanas.
- (D) Áreas já desmatadas perdem sua característica de Área de Preservação Permanente.
- (E) A APP tem a função de facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, constituindo-se tal transmissão genética exclusiva dessa área protegida.

94. Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações, em relação às disposições da Lei n.º 12.651/12, Novo Código Florestal, com as alterações da Lei n.º 12.727/12.

- () Sob os aspectos jurídico, político e notadamente científico, é possível afirmar que as inovações trazidas pelo Novo Código revelam que este é mais protetivo ao ambiente do que o revogado.
- () Os princípios basilares do direito ambiental brasileiro estão expressamente arrolados já no primeiro artigo do Novo Código Florestal, dentre os quais o do desenvolvimento sustentável, o da função ambiental da propriedade e o da proibição de retrocesso.
- () A nova legislação trata de forma diferenciada as pequenas propriedades e posses rurais com até 4 (quatro) módulos fiscais, o que reflete significativamente nas Áreas de Preservação Permanente.
- () A nova lei florestal reconhece os mercados de carbono como instrumento válido e eficaz para financiar e promover medidas de adequação à legislação ambiental no Brasil.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) V – V – F – F.
- (B) F – V – F – V.
- (C) F – F – V – V.
- (D) F – V – F – F.
- (E) V – F – V – F.

95. Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as afirmações abaixo, à luz da Lei n.º 9.605/98 e da Constituição Federal.

- () Configura infração administrativa, e não crime, obstar ou dificultar a ação fiscalizadora do Poder Público no trato de questões ambientais.
- () Não configura infração penal o abate de animal, quando realizado para proteger lavouras, pomares e rebanhos da ação predatória ou destruidora de animais, desde que legal e expressamente autorizado pela autoridade competente.
- () A Lei Maior prevê a competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre caça, fauna e proteção do meio ambiente.
- () O abate de animal nocivo não é crime, desde que reconhecido como tal pelo órgão competente.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) F – V – V – F.
- (B) V – F – F – V.
- (C) F – F – V – V.
- (D) V – V – F – F.
- (E) F – V – V – V.

96. Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as afirmações abaixo, no que se refere à aquisição e à condução de veículo automotor no âmbito deste Estado da Federação.

- () A deficiência mental severa e o autismo autorizam a concessão do benefício de isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em relação à aquisição de veículo automotor novo.
- () A deficiência visual, em determinados graus, impede a concessão de isenção de Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) no que se refere à aquisição de veículo automotor novo.
- () Uníssona a jurisprudência desta Corte Estadual no sentido de que a discromatopsia, ou daltonismo, acarreta a inaptidão para a condução de veículo automotor.
- () Majoritária a jurisprudência desta Corte Estadual no sentido de que a isenção de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) é de ser reconhecida também em relação aos veículos não adaptados destinados a pessoas com deficiência.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) V – V – F – F.
- (B) V – F – F – V.
- (C) F – F – V – V.
- (D) F – V – F – F.
- (E) V – F – V – F.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

97. O ordenamento jurídico pátrio tem buscado compensar juridicamente a desigualdade de fato enfrentada por aqueles que possuem deficiência, assegurando-lhes acesso à saúde, à educação, à habilitação ou reabilitação profissional, ao trabalho, à cultura, ao desporto, ao turismo e ao lazer. As principais regras sobre a política nacional de integração da pessoa com deficiência foram estabelecidas pela Lei n.º 7.853/89 e seu regulamento. Nesse contexto, o Decreto n.º 3.298/99 arrola elementos que permitem compensar determinadas limitações, visando à assistência integral à saúde e reabilitação da pessoa com deficiência, complementando o atendimento e aumentando as possibilidades de independência e inclusão social.

A esse respeito, considere os itens abaixo.

- 1 - próteses auditivas, visuais e físicas, órteses que favoreçam a adequação funcional e bolsas coletoras para os portadores de ostomia
- 2 - equipamentos, maquinarias e utensílios de trabalho especialmente desenhados ou adaptados para uso por pessoa portadora de deficiência
- 3 - elementos especiais para facilitar a comunicação, a informação e a sinalização para pessoa portadora de deficiência

De acordo com o Decreto n.º 3.298/99, quais desses itens são considerados ajudas técnicas?

- (A) Apenas 1.
- (B) Apenas 2.
- (C) Apenas 3.
- (D) Apenas 1 e 2.
- (E) 1, 2 e 3.

98. Quanto ao Provimento n.º 21/2011, da Corregedoria-Geral da Justiça do Rio Grande do Sul, que institui o Projeto "More Legal IV", considere as seguintes afirmações.

- I – Este Provimento trata da regularização e registro de loteamento, desmembramento, fracionamento ou desdobro de imóveis urbanos ou urbanizados, incluindo situações de condomínio, ainda que localizados em zona rural.
- II – Os imóveis públicos, bem como os submetidos à intervenção do Poder Público, não estão abrangidos pela regularização de que trata este Provimento.
- III – A legitimação de posse será concedida aos moradores cadastrados pelo poder público ainda que já tenham sido beneficiários de legitimação de posse anteriormente.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

99. Considere as seguintes afirmações em relação à Lei Complementar Estadual n.º 14.376/13 – “Lei Kiss” –, a qual estabelece normas sobre Segurança, Prevenção e Proteção contra Incêndios nas edificações e áreas de risco de incêndio no Estado do Rio Grande do Sul, com as alterações da Lei Complementar Estadual n.º 14.555/14.

I – Incumbe ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado Rio Grande do Sul (CBMRS) a aplicação das penas de advertência e multa ao proprietário ou responsável pelo uso da edificação, bem como a de interdição do estabelecimento.

II – Compete ao Município embargar as edificações cujos proprietários ou responsáveis não tenham observado o disposto nesta Lei Complementar.

III – Em relação a todas as penalidades previstas, caberá recurso administrativo no âmbito dos respectivos órgãos e, para órgão superior, em segunda instância.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

100. Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as afirmações abaixo, relativas ao Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), instituído pela Lei n.º 11.977/09, com as alterações trazidas pela Lei n.º 12.424/11.

- () A legislação exige condições de acessibilidade a todas as áreas públicas e de uso comum.
- () O programa assegura a disponibilidade de unidades adaptáveis ao uso por pessoas com deficiência, com mobilidade reduzida e idosos, de acordo com a demanda.
- () O PMCMV assegura condições de sustentabilidade das construções, mas não garante o uso de novas tecnologias construtivas.
- () Na ausência de legislação municipal ou estadual acerca de condições de acessibilidade que estabeleça regra específica, será assegurado que, do total de unidades habitacionais construídas no âmbito do PMCMV em cada Município, no mínimo, 3% (três por cento) sejam adaptadas ao uso por pessoas com deficiência.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) F – F – V – V.
- (B) V – F – F – F.
- (C) V – V – F – V.
- (D) F – F – V – F.
- (E) F – V – F – V.